



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LCP Nº 187 de 19/12/2014 - Lei Complementar

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLC 50/2014

LCP Nº 166 de 25/06/2014 - Lei Complementar

DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DA FIXAÇÃO, EM BOATES, CLUBES, ESPAÇOS INTERATIVOS, CASAS DE ESPETÁCULOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES, DE PLACAS INFORMATIVAS DA LOTAÇÃO MÁXIMA DO ESTABELECIMENTO, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLC 61/2013

LCP Nº 165 de 25/06/2014 - Lei Complementar

ESTABELECE A FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS QUE ESPECIFICA, PELOS BARES, LANCHONETES, RESTAURANTES, HOTÉIS, QUIOSQUES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES QUE PRESTAM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS SEUS USUÁRIOS, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLC 1/2014

LEI Nº 10663 de 29/12/2017 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EMISSÃO DE COMANDA INDIVIDUALIZADA AO CONSUMIDOR DE BARES, RESTAURANTES, BOATES E CASAS NOTURNAS OU DE SHOW NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 19/2017

LEI Nº 10644 de 22/11/2017 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.097, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE VERSA SOBRE MEDIDAS DE COMBATE À POLUIÇÃO SONORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Matéria Legislativa: PLO 396/2017

LEI Nº 10635 de 27/10/2017 - Lei Ordinária

ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 342/2017

LEI Nº 10630 de 25/10/2017 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE PROVADORES DE ROUPA, ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 234/2016

LEI Nº 10608 de 06/09/2017 - Lei Ordinária

REVOGA O ART. 3º, O ART. 7º E ART. 9º DA LEI N. 9.477, DE 09 DE ABRIL DE 2009, NOS TERMOS DA PERANTE PROPOSIÇÃO, E DISPÕE A VENDA DE BEBIDA ALCOÓLICA EM ESPAÇOS PÚBLICOS, ASSIM COMO EM PROXIMIDADES DE ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 239/2017



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 10590 de 26/06/2017 - Lei Ordinária

ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 7.406, DE 15 DE OUTUBRO DE 1993, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 102/2016

LEI Nº 10580 de 25/05/2017 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE BULA EM MEDICAMENTOS MANIPULADOS, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 1/2014

LEI Nº 10520 de 12/07/2016 - Lei Ordinária

VEDA O DESCARTE DE BATERIAS DE TELEFONE CELULAR EM LIXO COMERCIAL OU DOMÉSTICO, DISPÕE SOBRE A COLETA, ENCAMINHAMENTO E RECICLAGEM DESSAS BATERIAS, BEM COMO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 34/2014

LEI Nº 10514 de 30/06/2016 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE ALINHAMENTO DAS TAMPAS DE ESGOTO À MANTA ASFÁLTICA COLOCADA, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 213/2015

LEI Nº 10508 de 21/06/2016 - Lei Ordinária

DISCIPLINA A COMERCIALIZAÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM GARRAFÕES, QUE CONTENHAM A PARTIR DE 10L (DEZ LITROS), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 35/2016

LEI Nº 10507 de 21/06/2016 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO PARABRISA DIANTEIRO DE VEÍCULOS, NOVOS OU USADOS COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 176/2015

LEI Nº 10321 de 12/01/2015 - Lei Ordinária

PROÍBE O USO DE PRODUTOS, MATERIAIS OU ARTEFATOS QUE CONTENHAM QUALQUER TIPO DE AMIANTO OU ASBESTO OU OUTROS MINERAIS QUE, ACIDENTALMENTE, CONTENHAM FIBRAS DE AMIANTO NA SUA COMPOSIÇÃO.

Matéria Legislativa: PLO 202/2011

LEI Nº 10240 de 22/07/2014 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COLOCAÇÃO DE ORIENTAÇÕES BÁSICAS SOBRE O DPVAT, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 261/2013

LEI Nº 10233 de 07/07/2014 - Lei Ordinária

ALTERA A LEI N. 9.129/06, QUE CRIA O PROGRAMA COZINHA POPULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 180/2014



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 10231 de 07/07/2014 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 23/2014

LEI Nº 10184 de 28/04/2014 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUARDA DE VEÍCULOS OFERTADOS PELOS ESTACIONAMENTOS PARTICULARES EM FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 410/2013

LEI Nº 10147 de 19/12/2013 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE 490 (QUATROCENTAS E NOVENTA) VAGAS PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TÁXI, E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.430/2008, QUE TRATA DAS REGRAS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL – TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 369/2013

LEI Nº 10134 de 04/12/2013 - Lei Ordinária

CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DO ESTADO DO CEARÁ, DEFINE OS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 247/2013

LEI Nº 10107 de 17/10/2013 - Lei Ordinária

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À EXIGÊNCIA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-E PELOS CIDADÃOS TOMADORES DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 344/2013

LEI Nº 10103 de 04/10/2013 - Lei Ordinária

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA A PERMANÊNCIA DE SALVA-VIDAS OU GUARDIÃO DE PISCINAS EM PISCINAS DE ESCOLAS E DE CRECHES, CENTROS EDUCACIONAIS OU ESPORTIVOS, BALNEÁRIOS E SIMILARES DA REDE PRIVADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 121/2013

LEI Nº 10102 de 04/10/2013 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, BANCÁRIOS, DE SERVIÇOS E SIMILARES ÀS PESSOAS INSCRITAS NO REGISTRO BRASILEIRO DE DOADORES DE MEDULA ÓSSEA (REDOME).

Matéria Legislativa: PLO 202/2013

LEI Nº 10058 de 06/06/2013 - Lei Ordinária

TORNA OBRIGATÓRIO A IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM) DO PROFISSIONAL, EM CARTAZES, FOLDERS E PANFLETOS DE DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARTICULARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 435/2009



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 10034 de 03/06/2013 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO BILHETE ÚNICO NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE FORTALEZA, AS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO PELOS BENEFICIÁRIOS, A IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE IDENTIFICAÇÃO NOS COLETIVOS PARA FINS DE COMBATE ÀS FRAUDES E USOS INDEVIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 207/2013

LEI Nº 10007 de 12/04/2013 - Lei Ordinária

OBRIGA A DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS INGREDIENTES INTEGRANTES DOS ALIMENTOS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA OU CASEIRA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 338/2011

LEI Nº 9950 de 13/12/2012 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO NOS SHOPPING CENTERS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE PORTAIS AUTOMÁTICOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 14/2011

LEI Nº 9943 de 13/12/2012 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE DETECÇÃO DE METAIS NAS CASAS LOTÉRICAS E NOS ESTABELECIMENTOS SIMILARES SITUADOS EM FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 52/2010

LEI Nº 9853 de 11/11/2011 - Lei Ordinária

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO MEDIADOR COMUNITÁRIO, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 496/2010

LEI Nº 9851 de 11/11/2011 - Lei Ordinária

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 75/2010

LEI Nº 9825 de 11/11/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 179/2011

LEI Nº 9809 de 26/08/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS OU NÃO DE INFORMAR AO USUÁRIO DE SEU ESTACIONAMENTO SOBRE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO ESTABELECIMENTO SOBRE VEÍCULO ESTACIONADO EM SUA DEPENDÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 358/2010

LEI Nº 9776 de 02/05/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO NAS CASAS DE ESPETÁCULOS, SHOWS, EVENTOS E SIMILARES DE CARTAZ TRATANDO DE PREVENÇÃO AUDITIVA, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 35/2011



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 9771 de 02/05/2011 - Lei Ordinária

OBRIGA A ADAPTAÇÃO DE COMPUTADOR, PARA UTILIZAÇÃO PELAS PESSOAS COM PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA VISUAL, EM LAN HOUSE, CIBERCAFÉ E ESTABELECIMENTOS QUE DISPONIBILIZEM UM NÚMERO SUPERIOR A 4 (QUATRO) COMPUTADORES.

Matéria Legislativa: PLO 199/2007

LEI Nº 9770 de 02/05/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE COMERCIALIZAÇÃO, ARMAZENAGEM E TRANSPORTE DE ÁGUA MINERAL NATURAL E DE ÁGUA NATURAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 157/2003

LEI Nº 9768 de 28/03/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS PELA DISTRIBUIÇÃO DELIBERADA DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, PROMOÇÕES, E DE SERVIÇOS, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 421/2010

LEI Nº 9767 de 28/03/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE TARJA SINALIZADORA EM VITRINES E ASSEMELHADOS, NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 165/2010

LEI Nº 9766 de 28/03/2011 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO LACRE INVIOLÁVEL NAS EMBALAGENS DE ALIMENTOS ENTREGUES EM DOMICÍLIO.

Matéria Legislativa: PLO 335/2009

LEI Nº 9730 de 10/12/2010 - Lei Ordinária

LEI Nº 9730 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010 DISPÕE SOBRE A ASSEPSIA NO USO DE EQUIPAMENTOS DE RECONHECIMENTO BIOMÉTRICO NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 9692 de 26/08/2010 - Lei Ordinária

DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS FORNECEREM A SEUS CLIENTES NÚMEROS DE TELEFONE DE TÁXI, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 53/2010

LEI Nº 9622 de 28/01/2010 - Lei Ordinária

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 420/2009

LEI Nº 9605 de 26/01/2010 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO ATENDIMENTO RESERVADO ÀS AGÊNCIAS E AOS POSTOS DE ATENDIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E SIMILARES, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 508/2009



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 9602 de 26/01/2010 - Lei Ordinária

ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM LIVRO DE RECLAMAÇÕES PELAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 340/2009

LEI Nº 9545 de 23/11/2009 - Lei Ordinária

ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA INFORMAÇÃO DO VALOR, POR QUANTIDADE DE PRODUTO, NAS GÔNDOLAS DOS SUPERMERCADOS, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 9500 de 25/09/2009 - Lei Ordinária

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 8.869/04, QUE CRIA A AGÊNCIA REGULADORA DE FORTALEZA (ARFOR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 413/2010

LEI Nº 9475 de 09/04/2009 - Lei Ordinária

DETERMINA QUE TODAS AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA DISPONIBILIZEM CADEIRAS AOS SEUS USUÁRIOS.

Matéria Legislativa: PLO 129/2008

LEI Nº 9474 de 09/04/2009 - Lei Ordinária

OBRIGA AS ACADEMIAS DE GINÁSTICA, MUSCULAÇÃO E SIMILARES A AFIXAREM CARTAZES EXPLICANDO OS MALEFÍCIOS CAUSADOS PELO USO DE ESTEROIDES ANABOLIZANTES.

Matéria Legislativa: PLO 61/2006

LEI Nº 9457 de 31/03/2009 - Lei Ordinária

OBRIGA ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS A MANTER GUARDA-VOLUMES À DISPOSIÇÃO DE SEUS CLIENTES E USUÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 9433 de 25/11/2008 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE PENALIDADES AOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ILEGALMENTE DROGAS, MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS.

Matéria Legislativa: PLO 167/2007

LEI Nº 9423 de 08/10/2008 - Lei Ordinária

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, OU NÃO, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (PROCRED) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 124/2008

LEI Nº 9420 de 29/08/2008 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

Matéria Legislativa: PLO 30/2008

LEI Nº 9416 de 29/08/2008 - Lei Ordinária

AUTORIZA A CASSAÇÃO DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS DE LOCAÇÃO, VENDA E DISTRIBUIÇÃO DE CDS E DVDS E JOGOS DE VIDEOGAME, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa:



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 9389 de 26/06/2008 - Lei Ordinária

PROÍBE A COLOCAÇÃO DE SUCATAS DE CARROS, EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 305/2006

LEI Nº 9376 de 30/05/2008 - Lei Ordinária

TORNA OBRIGATÓRIO O SISTEMA DE DETECÇÃO DE METAIS EM ESTABELECIMENTOS DE DIVERSÃO EM FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 234/2005

LEI Nº 9375 de 30/05/2008 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE BARES, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 252/2007

LEI Nº 9357 de 15/04/2008 - Lei Ordinária

TORNA OBRIGATÓRIO A COLETA SELETIVA DE LIXO NAS PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO DOS SHOPPINGS E SUPERMERCADOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 7/2007

LEI Nº 9353 de 15/04/2008 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DOS TÁXIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 18/2006

LEI Nº 9346 de 11/01/2008 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA AFIXAÇÃO DE CARTAZES E/OU PAINÉIS DA LEI MARIA DA PENHA NOS ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS DOS ÔNIBUS, VANS, TÁXIS, DELEGACIAS, HOTÉIS E AFINS, BARES, RESTAURANTES E ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NA FORMA QUE INDICA

Matéria Legislativa: PLO 270/2007

LEI Nº 9343 de 11/01/2008 - Lei Ordinária

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A UTILIZAR RESÍDUOS DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 238/2007

LEI Nº 9313 de 06/12/2007 - Lei Ordinária

DETERMINA A SEPARAÇÃO DO LIXO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E O SEU DEVIDO ACONDICIONAMENTO EM RESERVATÓRIO PRÓPRIO.

Matéria Legislativa: PLO 396/2006

LEI Nº 9287 de 22/10/2007 - Lei Ordinária

INSTITUI O PROGRAMA FEIRA DE PEQUENOS NEGÓCIOS DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 39/2007

LEI Nº 9241 de 02/07/2007 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE, PELOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DE DIVULGAÇÃO, COM DESTAQUE, DA DATA DE VENCIMENTO DA VALIDADE DOS PRODUTOS INCLUÍDOS EM TODAS AS PROMOÇÕES ESPECIAIS LANÇADAS POR ESTAS EMPRESAS, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 148/2006



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 9209 de 19/04/2007 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM MEDICAMENTOS GENÉRICOS A MANTER DISPONÍVEL, PARA CONSULTA DO CONSUMIDOR, RELAÇÃO ATUALIZADA DESSES MEDICAMENTOS.

Matéria Legislativa: PLO 231/2006

LEI Nº 9205 de 19/04/2007 - Lei Ordinária

TORNA OBRIGATÓRIO A ANÁLISE SEMANAL DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 94/2006

LEI Nº 9198 de 16/03/2007 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS PROMOÇÕES OFERTADAS EM EVENTOS ESPORTIVOS, ARTÍSTICOS-CULTURAIS E CONGÊNERES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa: PLO 127/2006

LEI Nº 9193 de 16/03/2007 - Lei Ordinária

REGULAMENTA AS ATIVIDADES DE EMPRESAS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E JOGOS DE COMPUTADOR, TAMBÉM CONHECIDAS POR "LAN-HOUSE", OU "CYBERCAFÉ", NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 14/2006

LEI Nº 9033 de 10/11/2005 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, QUE PRESTAM SERVIÇOS SIMILARES A BANCÁRIOS, DESTINAREM AMBIENTE ISOLADO E SEGURO A FUNCIONÁRIOS, CLIENTES E USUÁRIOS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 9028 de 10/11/2005 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE, FAZER CONSTAR NAS CONTAS DE ÁGUAS, NO ÂMBITO MUNICIPAL, A COMPOSIÇÃO TOTAL DO PRODUTO FINAL FORNECIDO AOS CONSUMIDORES, BEM COMO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa: PLO 71/2004

LEI Nº 9017 de 26/10/2005 - Lei Ordinária

TORNA OBRIGATÓRIO A FIXAÇÃO NO INTERIOR DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM LOCAIS DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO PELOS CLIENTES DA LEI Nº 13312/2003 QUE ESTABELECE O TEMPO DE 15 A 30 MINUTOS PARA ATENDIMENTO DOS CLIENTES NOS CAIXAS.

Matéria Legislativa: PLO 291/2005

LEI Nº 9015 de 18/10/2005 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE PLAQUETAS NOS BOTIJOES DE GLP NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa: PLO 389/2005



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 9009 de 10/10/2005 - Lei Ordinária

ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO PARA CADA UNIDADE RESIDENCIAL OU COMERCIAL, NOS CONDOMÍNIOS VERTICAIS DE FORTALEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8869 de 19/07/2004 - Lei Ordinária

CRIA A AGÊNCIA REGULADORA DE FORTALEZA (ARFOR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8787 de 13/11/2003 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DISPONIBILIZAREM BANHEIROS EM SUAS AGÊNCIAS PARA USO PÚBLICO.

Matéria Legislativa: PLO 75/2002

LEI Nº 8691 de 31/12/2002 - Lei Ordinária

ACRESCENTA O ART. 2º-A À LEI NO 6.498, DE 29 DE SETEMBRO DE 1989, ESTABELECENDO SANÇÕES NOS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DO DIREITO À MEIA-ENTRADA.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8683 de 31/12/2002 - Lei Ordinária

OBRIGA A AFIXAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA DO DIREITO À MEIA ENTRADA NOS ESTABELECIMENTOS EXIBIDORES DE ESPETÁCULOS TEATRAIS, MUSICAIS, CINEMATOGRAFICOS, CIRCENSES E ESPORTIVOS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8218 de 09/12/1998 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A ESTABELECIMENTO BANCÁRIO INFRATOR DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8073 de 21/10/1997 - Lei Ordinária

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A OUTORGAR À ATUAL ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO MERCADO CENTRAL A ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL DESTE NOVO EQUIPAMENTO, NAS CONDIÇÕES QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8072 de 20/10/1997 - Lei Ordinária

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A OUTORGAR AO ATUAL SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FRUTAS VERDURAS DE FORTALEZA A ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL DO MERCADO SÃO SEBASTIÃO, NAS CONDIÇÕES QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8013 de 28/05/1997 - Lei Ordinária

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO CONSUMIDOR.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7926 de 19/07/1996 - Lei Ordinária

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA INSTITUIR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO PARA FORNECER INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE DIREITOS DO CONSUMIDOR.

Matéria Legislativa:



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 7880 de 08/04/1996 - Lei Ordinária

MENSAGEM 018/96- AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR E GARANTIR OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7874 de 03/04/1996 - Lei Ordinária

MENSAGEM Nº 171/96- INSTITUI O PADRÃO SANITÁRIO PARA RESTAURANTES, LANCHONETES E SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7741 de 12/07/1995 - Lei Ordinária

CRIA NORMAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA EM FAVOR DE CLIENTES E FREQUENTADORES DE SUPERMERCADO, SHOPPING CENTER, ESTACIONAMENTOS COMERCIAIS, EM ADITAMENTO À LEI Nº 6843 DE 06.05.91

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7726 de 20/06/1995 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO COLOCAREM À DISPOSIÇÃO DOS CLIENTES O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7638 de 07/12/1994 - Lei Ordinária

DETERMINA A COLOCAÇÃO DE BALANÇAS- PILOTOS NO SUPERMERCADOS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7501 de 07/01/1994 - Lei Ordinária

DESTINA BOXES NOS TERMINAIS DE TRANSPORTES COLETIVOS DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE INDICA.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7308 de 20/04/1993 - Lei Ordinária

TORNA OBRIGATÓRIO EM FORTALEZA, O USO DE EMBALAGENS IMPERMEÁVEIS EM PICOLÉS E SORVETES.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 7064 de 26/02/1992 - Lei Ordinária

OBRIGA AOS PROPRIETÁRIOS DE BARES, RESTAURANTES E LANCHONETES A TRANSCREVER NO CARDÁPIO, PUBLICIDADE DE ORIENTAÇÃO AO PÚBLICO.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6959 de 05/09/1991 - Lei Ordinária

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6898 de 18/06/1991 - Lei Ordinária

ESTABELECE NORMAS COMPLEMENTARES PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE FORTALEZA.

Matéria Legislativa:



Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor)

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Relatório de Normas Jurídicas

LEI Nº 6872 de 06/06/1991 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A FINALIDADE E AS COMPETÊNCIAS DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6843 de 06/05/1991 - Lei Ordinária

CRIA NORMAS DE SEGURANÇA EM FAVOR DE CLIENTE E FREQUENTADOR DE SUPERMERCADO, SHOPPING CENTER, ESTACIONAMENTO PRIVATIVO DE VEICULO, OUTROS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6498 de 29/09/1989 - Lei Ordinária

ASSEGURA AOS ESTUDANTES CINQUENTA POR CENTO (50%) DE ABATIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS EXIBIDORES DE ESPETÁCULOS TEATRAIS, MUSICAIS, CINEMATOGRAFICOS E CIRCENSES.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6226 de 06/10/1987 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DAS BARRACAS DA ORLA MARÍTIMA DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6225 de 16/10/1987 - Lei Ordinária

DECLARA FERIADO MUNICIPAL, EM RELAÇÃO AO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DO COMÉRCIO O DIA 28 DE OUTUBRO, RESERVADO AO DIA DO COMERCIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 6174 de 01/12/1986 - Lei Ordinária

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SUPERMERCADOS NOS DIAS SE SÁBADO.

Matéria Legislativa:

LEI Nº 8 de 29/04/1948 - Lei Ordinária

ESTABELECE NOVO HORÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO.

Matéria Legislativa: